



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

29 DE FEVEREIRO DE 2024

PRESIDENTE	António Augusto Ribeiro
1ª SECRETÁRIA	Cláudia Alexandra da Cruz O. G. e Vilaverde
2º SECRETÁRIO	César Lopes de Sousa Lourenço

LOCAL DA REUNIÃO	Auditório dos Paços do Concelho
-------------------------	--

MEMBROS PRESENTES	21 (última folha da ata)
MEMBROS AUSENTES	01 (última folha da ata)

HORA DE ABERTURA	14:40 Horas
HORA DE ENCERRAMENTO	17:00 Horas

PRESENCAS CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE	Mário Artur Correia Lopes
VICE-PRESIDENTE	Avelino José Marques dos Santos
VEREADORA	Vilma Cláudia Ribeiro Pereira
VEREADORA	Ana Paula Rodrigues da Cruz

FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

VEREADOR	Joaquim Gomes Pinto
-----------------	----------------------------

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu início à sessão, saudando todos os presentes e agradecendo a presença de todos.

Conforme preceitua a alínea c) do nº 1 do art.º 30 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, declarou abertos os trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Murça, do dia 29 de fevereiro de 2024 e informou que, como a sessão é ordinária, conforme art.º 20º, do regimento, vai ter os seguintes períodos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Período da Ordem do Dia

Período de Intervenção do Público

Período Antes da Ordem do Dia

“Apreciação da Ata da Sessão Ordinária do dia 15/12/2023”

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, esclareceu que só os deputados que estiveram presentes na sessão é que participam na votação, sendo que dos 21 elementos presentes apenas 13 participam na votação.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Renato Santos, cumprimentou todos os presentes e disse que, na página 28 do documento quando se referiu à rua Central da Ribeirinha, consta a palavra “pavimentação” quando deveria constar “alargamento”, pedindo que fossem alterado.

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>13</i>
<i>Abstenção</i>	<i>00</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>13</i>

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a ata em apreço.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

//

Leitura do Expediente
(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

O Presidente da Assembleia Municipal informa os Srs. deputados, que a correspondência recebida se encontra na sala para ser consultada, fazendo o resumo do recebimento da mesma:

ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local:

- Envia informação sobre o Workshop – Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais a partir das alterações do Decreto-Lei nº 56/2023, de 14 de julho: Transmissão online;

CIMDOURO:

- REMETE CONVITE PARA A Gala de encerramento Douro Cidade Europeia do Vinho;

Líder da Bancada do Partido Socialista, na Assembleia municipal de Murça:

- Remete ofício;

ANAM:

- Remete pareceres emitidos pela Assessoria Jurídica da ANAM, para conhecimento;

Capacitar – Academia de Formação:

- Envia informação sobre a Sessão de Esclarecimento sobre as Alterações Legais nas Plataformas Eletrónica, na INCM e no Portal Base;

Observatório Autárquico CESOP-Local para os Territórios Sustentáveis da Universidade Católica Portuguesa:

- Envia informação sobre o Seminário – Inovação & Desenvolvimento Local com a ATQ “Cidades e Comunidades Sustentáveis – Normalização”

Universidade Sénior de Murça:

- Remete convite para Jantar de Janeiras;

CVEL – Centro de Valorização de Eleitos Locais:

- Solicita contributos para preparar as comemorações do 25 de abril;

Capacitar – Academia de Formação:

- Envia informação sobre Formação On-line – Descomplicar o Simplex Urbanístico;

ANAM:

- Remete link para inscrição no IV Congresso da ANAM, a realizar no dia 18 de maio de 2024, em Barcelos;

ANAM:

- Remete para conhecimento o Regulamento para atribuição dos prémios ANAM 2024;

ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local:

- Envia informação sobre o 1º Encontro Ibérico ATAM/COSITAL, 21 e 22 fevereiro;

ANAM:

- Remete inquérito para preenchimento;

Fundação INATEL:

- Envia para conhecimento o Programa INATEL Primavera 2024;

ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local:

- Envia informação sobre a formação presencial: Gestão de Recursos Humanos – Medidas de valorização;

ANAM:

- Remete informação sobre a reunião do Conselho Geral;

Associação Vale d'Ouro:

- Remete convite para apresentação do livro de poesia de Patrícia Lucas intitulado "Negros de Luz"

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa:

- Remete inquérito para preenchimento sobre políticas locais de habitação;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete propostas para inclusão na Ordem do Dia da sessão de 29/02/2024;

Vereador do PS, Dr. Joaquim Pinto:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 29/02/2024;

Eduardo Pinheiro:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 29/02/2024;

Presidente da Junta de Freguesia de Iou:

- Remete justificação pela ausência à sessão de 29/02/2024 e delega a presença no Secretário da junta, Sr. Luís Filipe Damas Noura;

ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local:

- Envia informação sobre a formação presencial: Reforma e simplificação dos licenciamentos, no âmbito do RJUE, em Murça;

Emília Sousa:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 29/02/2024;

Paula Catarino:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 29/02/2024;

Francisco Rodrigues:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 29/02/2024;

Presidente da Junta de Freguesia de Murça:

- Remete justificação pela ausência à sessão de 29/02/2024 e delega a presença no Tesoureiro da junta, Sr. Alexandre Nunes Faria;

//

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

- O deputado do PS, André Lage, cumprimentou todos os presentes e colocou algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara.

Em que ponto estamos relativamente ao laboratório alvo de investigação judicial por falsificação de resultados de amostras de água? Já existe esclarecimento por parte da ADIN, sobre o envolvimento ou não, dessa empresa no controlo da qualidade da água no Município de Murça? Mais questionou o Sr. Presidente da Câmara se já conseguiu aprofundar o assunto, tal como referiu que o iria fazer na última sessão e se já tem alguma informação sobre o sucedido.

Quanto ao encerramento do Auditório Municipal, questionou qual a solução que se prevê, nomeadamente para o licenciamento de acordo com as normas de segurança. Referiu que, havendo danos estruturais e também outras questões que se prendem com o licenciamento que esteja de acordo com as normas de segurança, naturalmente que será uma situação bastante complexa, mas gostaria de perceber se há alguma perspetiva de resolução.

Sobre o Crasto de Palheiros lembrou que começou no início deste mandato em 2021 a questionar uma solução para aquele espaço e sua otimização e gostaria que não se terminasse o mandato sem algo concreto para aquela infraestrutura, no sentido de a valorizar como ela deve ser valorizada.

Quanto aos 800 anos da atribuição do Foral a Murça e os 50 anos da revolução de abril, questionou o que é que está a ser delineado e programado para essas duas datas tão importantes e carregadas de simbolismo.

Por último, referiu a questão dos animais abandonados e da sua recolha. Perguntou que informações lhes pode dar sobre o canil intermunicipal do Vale do Douro Norte, do qual Murça faz parte. Como é que o Sr. Presidente vê a gestão daquele equipamento e quais os meios financeiros que o Município lhe atribui. Crê que o funcionamento do espaço é feito por uma empresa privada e questionou se considera uma solução adequada ou se seria preferível que os Municípios alocassem recursos humanos a esta estrutura. Presume que esta estrutura esteja dotada de serviços veterinários e faria sentido que a esterilização de animais que o Município promove e comparticipa no setor privado,

fosse feita por esta entidade, uma vez que existe uma estrutura pública. Participando o Município de Murça naquela estrutura perguntou se não faria sentido que a mesma estivesse dotada de serviços veterinários que garantissem, por exemplo, a esterilização dos animais, podendo mitigar uma solução de lotação do canil a médio e longo prazo. Questionou ainda o Senhor Presidente, sobre quais os custos mensais que o Município tem, com o funcionamento do Canil. Relativamente aos Apoios financeiros para as ações de estabilização de emergência decorrentes dos danos causados na sequência dos incêndios rurais de 2022, foi celebrado contrato programa entre o Município, a APA e o Fundo Ambiental no valor de 579.991,61 euros, o que foi executado e onde?

Também foi assinado contrato Programa com o ICNF e Fundo Ambiental, resultando num financiamento de 542.526,3 euros, para recuperação de infraestruturas, controlo de erosão tratamento e proteção de encostas, recuperação de linhas de água, entre outros. Qual o ponto de situação relativamente a este protocolo e se foi executado em parte ou na totalidade.

- O deputado do PS, Paulo Catarino, cumprimentou todos os presentes e leu uma pequena nota:

“ É justa uma palavra de congratulação pela visita Pastoral do Senhor Bispo da Diocese de Vila Real, D. António Augusto de Azevedo a diversas freguesias do nosso Concelho numa lógica de proximidade para com as nossas populações. Certamente, um momento único e inesquecível para muitos dos nossos conterrâneos, particularmente para aqueles que, pela impossibilidade em sair das suas casas por razões de saúde, puderam receber nos seus lares a visita do Senhor Bispo e uma palavra de conforto e afeto. Também registar com agrado a homenagem promovida pelo Centro Cultural de Noura ao Senhor Padre Sérgio Dinis, pelos 25 anos ao serviço da Paróquia de Noura.”

- O deputado do PS, Rui Ramos, cumprimentou todos os presentes e disse, que o seu Grupo Parlamentar enviou em 2 de janeiro de 2024, através da Assembleia Municipal um ofício à Câmara Municipal a solicitar alguns elementos sobre a Zona Industrial, nomeadamente o número de lotes disponíveis e adjudicados, datas das respetivas escrituras de venda e ainda a última versão do Regulamento da Zona Industrial. Até ao momento ainda não obtiveram qualquer resposta e questionou o Sr. Presidente da Câmara para quando essa resposta ou se pensa fazê-lo nesta sessão.

- O deputado do PS, Tiago Meireles, cumprimentou todos os presentes e quanto às referências multibanco para pagamentos dos serviços ao Município, questionou o Executivo Municipal porque é que ainda não está disponível este serviço.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, saudou todos os presentes e respondeu ao deputado Tiago Meireles que esse processo está a ser tratado, tanto no Balcão Único como na Loja do Cidadão. Disse, que foi necessário fazer algumas alterações ao Protocolo com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa e que entretanto, já foi assinado pelo Município, enviado à AMA e aguardam a sua devolução, depois de assinado. A informação que tem é que tudo o que depende dos serviços está pronto a entrar em funcionamento, apenas aguardam a devolução do Protocolo assinado por parte da AMA, para poder validar porque é necessário ter a chave digital disponível, sendo que, há aqui questões de responsabilidade que a AMA também tem que acompanhar. Quanto à visita do Sr. Bispo, disse que não foi feita nenhuma referência na Informação Escrita porque é um processo que ainda está em curso, ou seja, o Sr. Bispo ainda há de vir visitar a Freguesia de Murça e a Freguesia de Jou e referiu a homenagem feita ao Senhor Padre Sérgio. Quanto aos Protocolos com a APA e o ICNF, esclareceu que está em curso a sua adjudicação. Estes processos têm alguma complexidade e particularidades que os deixam algo preocupados. São de valor elevado. Vão ser ajustes diretos, porque a Lei assim o permite e é necessário perceber se não há qualquer dúvida nesse tipo de procedimento.

- A Coordenadora do Gabinete Florestal, Eng.^a Paula Mesquita, disse que, os Contratos Programa quer com o ICNF, quer com a APA estão em fase de lançamento de concurso. Desconhece se já estão no Portal BASE-GOV, porque este procedimento é feito por outro serviço do Município e aquilo que lhe foi dito, é que estão nesta fase. Na verdade, houve um trabalho de pesquisa de empresas capazes para fazerem este tipo de trabalhos e foi necessário ter as orientações da DGAL, para fazermos este tipo de contratação de concurso. Acredita que, brevemente, estarão prontos para serem executados no terreno.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu que, estes trabalhos não fazem parte do âmbito da nossa atividade, ou seja, o ICNF utilizou aqui este mecanismo para que o Município pudesse na área florestal fazer estes procedimentos, mas não é propriamente um trabalho que se faça muitas vezes. Foi preciso um trabalho técnico de caracterização das intervenções a fazer, para se poder potenciar ao máximo as verbas que daqui resultam e o mesmo em relação à APA, as linhas de água não são da nossa responsabilidade e estamos a ser uma espécie de “barriga de aluguer” para a APA e para o ICNF, a fim de levar a cabo estas intervenções. Obviamente que, não é possível andar mais rápido com este processo como gostariam, mas que no fim se consiga minimizar os danos dali resultantes. Há uma outra intervenção que é necessário fazer, resultante das últimas

enxurradas de setembro de 2023 e aguardam resposta por parte da APA, a esse pedido de apoio e é possível que venha um outro Protocolo semelhante a este, que temos em curso.

Quanto aos animais abandonados e a recolha, respondeu que o sistema do Canil Intermunicipal que existe em Vila Real é um serviço entre os Municípios que constituem a AMVDN – Associação de Municípios do Vale do Douro Norte e só o Canil é que faz com que ainda exista esta associação, porque se não existisse o canil, também já não existia a associação. Durante muito tempo o Veterinário Municipal de Vila Real, o Dr. Faria era quem geria o Canil e agora é gerido por uma empresa privada e a informação que têm é que o canil está permanentemente ocupado e os municípios vão procurando colocar lá os animais conforme vai havendo vagas. Disse que, a lei sobre esta matéria é bastante complicada e condiciona-os bastante. O ideal seria termos um canil próprio e que pudéssemos ter aqui um acompanhamento das circunstâncias de abandono animal melhor acompanhado, mas também não nos sentimos capazes de poder alterar esta situação com facilidade. Em Alijó avançaram para a construção de um novo canil e se não houver outro tipo de medidas, rapidamente fica esgotado e ainda é um investimento bastante significativo. Os municípios que constituem a AMVDN têm que tomar medidas. Referiu que, ele já fez algumas propostas até porque há um custo mensal dividido pelos oito municípios que não considera coreto, nem sequer justo. Propôs que houvesse um custo fixo e depois se pagasse em função do animal que lá fosse colocado, contudo esta tem sido uma matéria complicada de gerir. Disse que, já chegou a presidir a AMVDN e nunca viu nenhuma ata a dar-lhe posse para ser presidente. Esta associação funciona de uma forma completamente estranha e é apanágio de umas décadas em que esgotando-se a sua função apenas à gestão do canil tem sido muito displicente a forma como tem sido gerida esta situação, que os preocupa e incomoda permanentemente. Quanto à comemoração dos 50 anos do 25 de abril, referiu que o Sr. Presidente da Assembleia se propôs na última sessão da Assembleia Municipal ter algum envolvimento nesta matéria e os recursos humanos do município estão à disposição, para esse efeito. Está previsto um conjunto de atividades e em função de um conjunto de ideias que vão surgindo e da possibilidade financeira disponível, havemos de a breve prazo apresentar o calendário de atividades a desenvolver. Referiu que, no dia 1 de março (amanhã) vai ser iniciada a nossa programação cultural, com o arranque do Festival Internacional “Magos da Guitarra”, numa parceria com outros municípios, um evento que vai acontecer no salão da Adega Cooperativa de Murça, dado que o Auditório Municipal está condicionado. Relativamente ao Crasto de Palheiros, esclareceu que vão acontecendo algumas coisas e que ainda no dia de ontem esteve a Professora Maria de Jesus Sanches reunida em Murça com o Eng.º Arménio e ainda com outra técnica da Faculdade de Letras, a falar sobre o Crasto de Palheiros e sobre o Crasto de Cadaval. Têm andado a promover alguns trabalhos de carácter científico. A dinâmica que o Sr. Deputado ali pretende ainda não foi

conseguida, mas estamos no percurso que aceita, possa ser considerado lento, mas não está completamente parado. Sempre que é necessário uma visita àquele equipamento é solicitado no Posto de Turismo e é feito o acompanhamento por um técnico da autarquia, mas ter lá alguém de forma permanente não é possível. Do Parque Regional do Vale do Tua houve a tentativa de termos ali um Centro Interpretativo Astro turismo, entretanto optaram por uma solução diferente, porque não é possível em termos de financiamento por um Programa Valorizar. Quanto ao Auditório Municipal, disse que aquando daquelas chuvas fortes houve infiltrações devido aos abatimentos e a tubagem ficou com infiltrações de água e percebeu-se que não seria possível continuar a utilizar o Auditório da mesma forma, porque não estava em condições. Entretanto, contratou-se um técnico especializado para fazer um diagnóstico, um Plano de Reabilitação do que ali estava em causa e de avaliação da situação de segurança do Auditório e de funcionamento, do mesmo. Aquilo que é proposto é que seja feita uma intervenção, porque considera que aquele equipamento não tem as condições de segurança exigíveis. Na altura em que foi construído as exigências poderiam ser diferentes, mas a própria evacuação e todo o funcionamento do auditório não é apropriado, para os eventos que ali se levavam a cabo. Foi apresentado um diagnóstico daquilo que é necessário fazer, nomeadamente na iluminação, manchas de humidade, paredes, pavimento, segurança contra incêndio, assim como no aspeto da mobilidade que é extremamente determinante em termos de segurança, a acessibilidade ao palco e a cargas e descargas, utilização da imagem, remodelação das funções sónicas, atualização do sistema de som e luz e a sustentabilidade energética. Disse que, têm dois orçamentos, sendo um mais contido de cerca de 800 mil euros e um que seria algo mais apropriado que vai para 1,5 milhões de euros. Logo que o PP 20/30, no âmbito da esfera municipal e no âmbito da eficiência energética, lhes permita fazer uma intervenção devidamente financiada, irão optar por uma das opções e avançar com o projeto. Quanto à investigação judicial da AdIN respondeu que, tiveram uma assembleia geral, porque o Presidente da Administração da AdIN é candidato a deputado e essa situação implicaria dar conhecimento a todos os municípios que constituem a AdIN e nessa Assembleia Geral reforçou o que já tinha feito por escrito e por telefone e mais uma vez colocou a questão que o deputado André Lage tem colocado e aguarda uma resposta definitiva, sobre este assunto. Sobre a Zona Industrial, aproveitou o momento para dizer ao deputado Rui Ramos que tem um pequeno *dossier*, para lhe entregar com a informação solicitada.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, respondeu ao deputado Rui Ramos que relativamente ao ofício referido, a Assembleia Municipal procedeu de imediato ao encaminhamento, do mesmo, de acordo com o solicitado. Quanto à intervenção do deputado Paulo Catarino disse congratularem-se com a visita do Senhor Bispo da Diocese, D. António Augusto

Azevedo à União de Freguesias de Noura e Palheiros. Disse ainda que, a partir de 5ª-feira da próxima semana fará a visita à Freguesia de Murça. Quanto às comemorações dos 50 anos do 25 de abril, disse que o indicaram para estar na organização desta data comemorativa, embora possa ser julgado suspeito, uma vez que é também um homem do 25 de Abril, faz agora 50 anos que estava numa prevenção rigorosa no Regimento de Infantaria nº 1, na Amadora. Quando se deu o 25 de Abril, estava lá. Além disso, também o dia 25 de Abril é o dia do seu aniversário. No entanto, irá dar o seu contributo e brevemente sairá um programa, contudo se houver alguma ideia ou contributo que queiram transmitir, procuraremos tê-lo em conta.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, aproveitou para entregar pessoalmente o *dossier* que, há momentos, referiu ao deputado do PS, Rui Ramos.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, saudou todos os presentes e disse que, em maio de 2023 foi entregue ao Sr. Presidente da Câmara um esboço de um projeto do regadio do vale da ribeira de Noura para uma nova barragem. Como até há data não receberam qualquer resposta, questionou o Senhor Presidente da Câmara se está interessado numa cooperação ou num protocolo para fazer uma barragem, a fim de se procurar resolver a questão do regadio ou se tem alguma solução para levar aquele projeto a bom porto. Referiu que, os caminhos da União de Freguesias de Noura e Palheiros estão em péssimo estado e em alguns deles, daqui a nada, nem de trator se consegue transitar. Se a autarquia tem um programa 70/30, para os caminhos agrícolas qual será o impedimento para não se ver nenhum destes programas a ser desenvolvido na União de Freguesias de Noura e Palheiros.

- O deputado do PS, Rui Ramos, agradeceu a entrega, em mão, do documento, mas o que queriam mesmo era que já a tivessem em mão, há mais tempo. O objetivo seria receber a documentação antes desta sessão, poderem analisá-la, para nesta sessão e, colocarem questões, se assim o entendessem. Sendo entregue agora, naturalmente terá que o analisar e colocar questões numa próxima sessão, agradecendo que numa próxima, procurem fazê-lo de uma forma mais célere.

- O deputado do PS, André Lage, voltando às respostas que o Senhor Presidente deu sobre as questões que lançou e se bem percebeu, relativamente à questão sobre a recolha de animais, o caminho será um canil próprio, o objetivo será esse?

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu que seria, mas não é fácil.

- O deputado do PS, André Lage, lembrou o Senhor Presidente da Câmara que não disse qual a verba transferida do município para o funcionamento desta estrutura e ainda para que entidade ela é transferida. Ela é transferida para a AMVDN – Associação de Municípios do Vale do Douro Norte?

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu que a verba é de cerca de 6 mil e poucos euros, por mês e que é transferida através da AMVDN, para a empresa que gere aquele espaço.

- O deputado do PS, André Lage, disse ficar um pouco preocupado, porque se ainda há momentos o Senhor Presidente referiu que aquela associação funciona de forma estranha, estar a transferir esta verba mensalmente, através da associação parece-lhe estranho.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu que esta verba é faturada ao município e pediu ao Dr. Mário Sampaio para prestar o devido esclarecimento.

- O Chefe da Divisão Financeira, Dr. Mário Sampaio, referiu que, o valor pago mensalmente é cerca de 2 mil euros e que o canil fatura à AMVDN e depois a associação, é que fatura à Câmara Municipal.

- O deputado do PS, André Lage, relativamente à informação sobre a Zona Industrial que o Senhor Presidente prestou e ao relatório que entregou, evidentemente que terão que o analisar. No entanto, não pretendem ter acesso aos dados das pessoas e das empresas, pretendem apenas ter um resumo do ponto de situação do Parque Industrial do Concelho de Murça, no sentido de perceber a razão daquele marasmo que ali encontramos.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu ao deputado Alfredo Veloso que teve em conta o dossier que lhe entregou, mas estarmos a fazer algo que não pode ser feito de forma leviana, não está certo. É necessário reunir e saber quem constitui a Junta de Agricultores, quem é a direção, etc. Reconhece que o deputado Alfredo é voluntarioso, mas as coisas não são tratadas desta maneira. Entregar um dossier daquilo que possa ser uma vontade própria ou o que quer que seja, não é suficiente. Tem que haver um formalismo apropriado. Quanto às preocupações dos recursos hídricos do Concelho, respondeu que a autarquia contratou um estudo de avaliação do potencial hídrico e hidroagrícola do Concelho de Murça que aponta várias possibilidades. O objetivo é sustentar água para fins agrícolas. Esse estudo está neste momento, numa fase que nem sequer é um

estudo prévio é apenas um estudo, porque a autarquia só pode partir para um estudo prévio se este estudo existir. O que existe, é um documento para que, se entretanto forem abertas candidaturas ou avisos, que lhes permitam concorrer para uma barragem e poder ser financiada nos moldes em que no passado outros Concelhos se candidataram e tiveram apoio, temos desde janeiro de 2024 o estudo necessário, para nos podermos candidatar ao estudo prévio, se assim o entendermos. Quanto aos caminhos cabe ao Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros responder à questão colocada, porque em nenhum momento foram opositores à tentativa de protocolo, embora não o possam fazer de forma ilimitada e sempre dentro da possibilidade orçamental.

- O presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, cumprimentou todos os presentes e disse que tem ouvido falar aqui na Zona Industrial de Murça, mas ele, orgulhosamente, gosta de lhe chamar Zona Industrial de Palheiros. Os seus fregueses podem até não ter nenhum benefício com a Zona Industrial, mas também não quer que tenham prejuízos. Aproveitando o facto de estar a Sr. Eng.^a Maria dos Anjos presente, referiu que há proprietários que têm terrenos junto àquele parque da Câmara que vêm atestar à Zona Industrial e agora ficaram inibidos do caminho e é necessários que os proprietários tenham acesso às suas propriedades. É importante ver e resolver esta situação, o mais urgente possível. Quanto aos caminhos disse que por vezes falamos algumas inverdades e só falamos aquilo que nos interessa, porque o deputado Sr. Alfredo Veloso tem conhecimento que a Junta de Freguesia, no ano anterior, trouxe uma máquina a compor todos os caminhos de Noura, no mês de abril, mas passados uns dias veio a tempestade e rebentou com os caminhos todos. Se houver algum caminho onde não passe um trator, pediu ao Sr. Alfredo que lhe faça chegar o nome dessa propriedade e desse caminho, que amanhã põe lá uma máquina a compô-lo, para que o trator transite. O que aqui foi dito não é verdade. Ainda ontem e hoje, andam pessoas a compor buracos do caminho do Cabeço, agora não lhe peçam para compor os caminhos no mês de março. Este trabalho pode ser feito no mês de junho e nunca antes, porque já bastou o que aconteceu no ano anterior e o dinheiro não é nosso e é preciso sabe-lo governar.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, respondeu ao Sr. Presidente da União de Freguesias que o que disse não são inverdades e reconhece que os caminhos foram compostos com a máquina, mas melhor seria que não o tivesse feito, porque estragou mais os caminhos do que os compôs. Mais, dizer que trouxe o pessoal no caminho do Cabeço, não é verdade, porque ele passou lá ontem pelas 20horas e o caminho não tinha sido composto. Mais disse que, o caminho do Cabeço, o dos Vieiros, o da Lamela, o das Moreiras e o da Ribeira estão todos por compor. Insistiu que, as carrinhas não passam nesses

caminhos, disponibilizando-se a acompanhá-lo, se assim o entender, a ir ver o estado em que se encontram.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, felizmente tem duas viaturas 4X4 e que passou ontem e passa hoje ou amanhã, nesses caminhos. Reitera que, por vezes dá jeito dizer algumas inverdades. Disse ainda ao Sr. Alfredo Veloso que ele não é morador de Noura, mas é uma pessoa de Noura e sabe que em Noura plantam-se vinhas até ao caminho, mete-se a água nos caminhos e se todos nós que somos proprietários tivéssemos outros cuidados, ela não corria pelos caminhos conforme acontece. O Sr. Alfredo não o pode desmentir se as águas não são todas canalizadas para os caminhos públicos. Agora, dá algum jeito quando estamos fora da assembleia dizer-me que não tenho culpa e que fiz um bom trabalho e depois chega-se a esta assembleia e faz-se isto.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, deu nota do Plano Cultural que está a ser preparado, para o ano de 2024 e que a breve prazo irá chegar o resultado deste trabalho, que tem uma estratégia de ação bem pensada e delineada.

//

Período da Ordem do Dia

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

2 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 15 de dezembro de 2023;

(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

3 - Proposta 7/GAP/2024 - Autorização para início de procedimento de contratação de empréstimo-Execução de empreitada para requalificação de diversas estradas e arruamentos do Concelho de Murça;

(nos termos, e para os efeitos, previstos no n.º 2, do artigo 51º, da Lei n.º 73/2013, de 03/09 e ulteriores);

4 - Proposta 10/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Fiolhoso. Apoio Pontual às Freguesias. Participação em investimentos;

(alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

5 - Proposta 11/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Murça. Apoio Pontual às Freguesias. Participação em investimentos;
(alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

6 - Proposta 12/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Valongo de Milhais. Apoio Pontual às Freguesias. Participação em investimentos;
(alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

7 - Proposta 13/GAP/2024 - Abertura do Procedimento de Recrutamento para Cargo de Direção Intermédia de 1º Grau.
(art.º 13, da Lei nº 49/2012 de agosto e posteriores alterações)

8 - Declarações nos termos do art.º 15 da Lei nº 8/2012 de 15 de fevereiro;
(Alínea a) e b) do nº1 do art.º 15 da Lei 8/2012, de 21 fevereiro)

9 - Aprovação da Demonstração do Desempenho Orçamental de 2023, e, 2ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2024 (1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita; 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa; 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos; 1ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais).
(art.º 33 da lei 75/2013, de 12 setembro)

//

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;
(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

“Nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

Assim, em cumprimento deste preceito legal, apresenta-se à Assembleia Municipal informação escrita sobre os aspetos que consideramos mais relevantes da atividade municipal desenvolvida no período que decorreu entre o dia **8 de dezembro de 2023 e o dia 19 de fevereiro de 2024.**

1. Vales de Compras no valor de 25.00€. Foram distribuídos na época de Natal, **2164 vales de compras, no valor total de 54.100,00€**, aos idosos e

portadores de deficiência do Concelho de Murça, para aquisição de géneros alimentares, a serem descontados na rede de estabelecimentos protocolada com o Município, em qualquer uma das Freguesias do Concelho de Murça. Com esta medida, contribuímos também, para um apoio extra à economia local.

2. Programa Saúde Sénior - Participação nas despesas com medicamentos. Protocolo Dignidade e Associação Nacional de Farmácias.

Podem ser beneficiários do Programa Saúde Sénior Murça, pensionistas ou reformados com domicílio fiscal no Concelho de Murça, a partir dos 65 anos de idade, cujo rendimento per capita do agregado familiar, seja inferior 2 IAS (Indexante dos Apoios Sociais, de acordo com o valor atualizado anualmente). O Município de Murça participa, em regime de complementaridade, 50% da parte que cabe ao utente na aquisição de especialidades farmacêuticas, sujeitas a receita médica e comparticipadas pelo Serviço Nacional de Saúde. A participação é aplicada de forma imediata pelas farmácias do concelho de Murça, pelo que o beneficiário suportará, no momento da aquisição do medicamento, apenas a parte que lhe cabe suportar, descontados os valores comparticipados pelo SNS e pelo Município de Murça. A novidade desta medida, já em vigor no Município, consiste na forma da compensação do beneficiário, que até agora teriam de pagar a totalidade do valor na farmácia e posteriormente dirigirem-se ao Município para serem ressarcidos de 50% do montante pago pelo Município, o que tornava a medida mais burocrática. Também por questões de confidencialidade, uma vez que as cópias das faturas teriam de ser entregues nos serviços do Município. A partir de janeiro de 2024, depois de instruído o processo, é atribuído, pelo Município, um cartão ao Município que deverá ser apresentado nas farmácias do Concelho de Murça, sendo o desconto efetuado de forma imediata no momento da aquisição da medicação.

3. Programa Kit Bebê - Incentivo à natalidade e apoio à infância. Protocolo Dignidade e Associação Nacional de Farmácias.

Consideram-se beneficiárias do Programa Kit Bebê, todas as crianças residentes no concelho de Murça, até completarem os 3 anos de idade, bem como novas crianças nascidas após a celebração do mesmo. Os beneficiários do Programa Kit Bebê terão direito a uma participação de 1.000€ (mil euros) anuais, até completarem os 3 anos de idade, em medicamentos sujeitos a receita médica, vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, medicamentos não sujeitos a receita médica, produtos de saúde, alimentação e bem-estar

de uso pediátrico, com exceção de fraldas e brinquedos. O valor anual de 1.000€ não é acumulativo, renovando um ano após a sua entrada no Programa Kit Bebé. Podem requerer atribuição do cartão Kit Bebé, todos os responsáveis parentais que residam e possuam domicílio fiscal no concelho de Murça, com a criança beneficiária do apoio. As crianças que já nasceram e tenham residência no nosso concelho também se podem candidatar a esta medida e vão usufruir dela até completarem os três anos de idade. Os beneficiários terão que fazer um registo nos serviços administrativos da Câmara Municipal, para que lhes seja atribuído o cartão "Kit Bebé" do Município de Murça, que assim, poderá ser apresentado em qualquer farmácia do Concelho para obter de imediato acesso à participação. Esta é mais uma forma que encontramos para, em conjunto com outras medidas já implementadas, tentar contrariar a baixa taxa de natalidade e o conseqüente envelhecimento da população no Concelho.

4. Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior. As candidaturas para a atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior - ano letivo 2023/2024 estão a decorrer desde o dia 17 de janeiro até ao dia 29 de fevereiro. O Município de Murça atribui anualmente 50 bolsas de estudo, no valor de 763,89€ cada (1,5 IAS), aos alunos residentes no concelho que frequentam estabelecimentos públicos de ensino superior, de forma a apoiar os alunos de menores recursos financeiros no prosseguimento dos estudos desde que obtenham aproveitamento escolar.

5. Portaria n.º 122/2024, de 16 de janeiro. Foi publicado, em Diário da Republica, no dia 16 de janeiro a Portaria n.º 122/2024, que altera as restrições nas operações urbanísticas na Zona de Especial Proteção (ZEP) do Alto Douro Vinhateiro. Segundo esta portaria, a zona especial de proteção (ZEP) do Douro Património Mundial foi alterada, através da criação de duas zonas (Zona 1 e Zona 2), com alívio das restrições na zona mais afastada da área classificada (Zona 2). Na Zona 1, mais próxima do Alto Douro Vinhateiro, mantêm-se as limitações existentes até agora, enquanto na Zona 2, mais afastada do Alto Douro Vinhateiro, as operações urbanísticas passam a não carecer de parecer prévio favorável da administração do património cultural, com exceção para os projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental. Antes destas alterações, na ZEP, não podiam ser concedidas por qualquer entidade licenças para obras de construção e para trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cêrceas, entre outros, sem o parecer favorável da administração do

património cultural. Nalguns municípios, por se encontrarem inseridos na ZEP, os processos urbanísticos tornavam-se morosos pela exigência de obtenção do parecer. Até então, todas as operações urbanísticas, nas Freguesias de Murça, Candedo e Noura careciam de parecer prévio da Direção Regional da Cultura do Norte. Com esta portaria, o Município de Murça está inserido na zona 2, deixa de ser necessário o parecer prévio da Direção Regional da Cultura do Norte em grande parte das operações urbanísticas.

6. Assinatura de Protocolo de Colaboração do Roteiro para o Desenvolvimento das Terras de Miranda, Sabor e Tua. Decorreu no dia 22 de janeiro, em Macedo de Cavaleiros, a assinatura do Protocolo de Colaboração entre o Fundo Ambiental, a APA (Agencia Portuguesa do Ambiente), a CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte) e o Município de Murça, tendo em vista a execução dos projetos do "Roteiro para o Desenvolvimento Sustentável e Integrado das Terras de Miranda, Sabor e Tua". A criação deste roteiro surge na necessidade de reivindicar a compensação pela venda das barragens e abrange 10 municípios (Alijó, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirando do Douro, Mirandela, Mogadouro, Murça, Torre de Moncorvo e Vila Flor). Este protocolo estará em vigência de 2024 a 2027 e o Fundo Ambiental irá transferir para o município de Murça até ao limite de 2.250.000,00€ (dois milhões, duzentos e cinquenta mil euros), durante este período, mediante a evidência da execução dos projetos que constam no Roteiro.

7. Murça lidera o ranking de fundos Portugal 2020, aprovados por habitante, por concelho. De acordo com a [mais recente edição do Boletim NORTE UE](#), publicado pela CCDR NORTE, IP, o Concelho de Murça, tendo em conta a análise comparativa por habitante, foi quem conseguiu captar mais fundos da Política de Coesão de toda a região norte de Portugal, através dos diferentes mecanismos de apoio ao desenvolvimento local, enquadrados no Programa "Portugal 2020", com o valor do fundo aprovado, por cada habitante do Concelho de Murça, de 2638 euros.

Em termos absolutos, o Município de Murça, com um investimento elegível de 16,488 milhões de euros, de entre os 19 municípios que compõem a CIM Douro, ficando apenas os Municípios de Vila Real e Lamego com um valor absoluto superior.

Estes dados constam da publicação oficial da CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), de fevereiro de 2024, na qual o Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais do Norte, analisam

e comparam os resultados dos fundos disponibilizados pelos diferentes programas de apoio aos investimentos dos municípios.

A CCDR-N salienta os valores observados nos concelhos de baixa densidade, tomando por base a intensidade dos fundos aprovados para operações da esfera municipal, e coloca mesmo em plano de destaque o Município de Murça pelos resultados alcançados, justificando-os, para além de outros fatores, pelo "grau de maturidade dos projetos" que apresentou, e pela sua "capacidade financeira para assegurar a contrapartida nacional" do valor total do investimento.

Ainda sobre esta matéria não deixar de referir a importância, o reconhecimento e agradecimento a todos os colaboradores do município, todas as instituições, fornecedores, parceiros e outros, que foram decisivos para atingir estes resultados.

8. Estratégia Local de Habitação. O 1.º Direito, Programa de Apoio ao Acesso à habitação, é um programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

O Município de Murça remeteu a sua Estratégia Local de Habitação, em novembro de 2022, depois de aprovada em reunião da Câmara Municipal. Em abril de 2023, recebeu a resposta do IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P quanto à sua validação. No final do ano foi assinado o acordo de colaboração, entre o Município de Murça e o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P, momento a partir do qual podemos por em ação o programa 1.º Direito. Neste momento estamos em fase de notificação dos proprietários que poderão estar na condição de beneficiários diretos, abrangidos pela Estratégia Local de Habitação, e que poderão ser objeto de obras de reabilitação com participação pública, para submeter eventuais candidaturas a pedidos de apoio financeiro.

O Município tem uma equipa disponível para ajudar na preparação e submissão das candidaturas. Depois de submetidas, compete ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana avaliar as candidaturas para o financiamento de soluções habitacionais dos agregados familiares elegíveis, que devem cumulativamente cumprir os seguintes requisitos: o Rendimento Médio Mensal do agregado habitacional não exceder os 1900€; viver em condições indignas de insalubridade/insegurança; ser

proprietário, apenas, do imóvel a candidatar que deve estar registado na conservatória em nome do beneficiário; e o agregado habitacional não ser detentor de património financeiro superior a 26.000€ (vinte e seis mil euros).

9. Apoio à realização de visitas de estudo e participação em projetos educativos nacionais - Agrupamento de Escolas de Murça. O Município de Murça deliberou um apoio financeiro, até ao montante de 20.000,00€ (vinte mil euros) ao Agrupamento de Escolas de Murça, destinado a apoiar o transporte dos alunos no âmbito de visitas de estudo, bem como em projetos educativos de caráter nacional. As visitas de estudo são ferramentas educacionais fundamentais no enriquecimento do processo de aprendizagem dos alunos, oferecendo oportunidades únicas para aplicarem os seus conhecimentos, sendo uma mais-valia no crescimento académico, pessoal e social.

10. Disponibilização de livros clássicos de literatura aos alunos do Agrupamento de Escolas de Murça. O Município de Murça deliberou um apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas de Murça para a aquisição e distribuição pelos alunos, de forma gratuita, de livros clássicos de literatura. Foram adquiridos os exemplares de "O Príncipezinho" para os alunos do 2.º ciclo, "Bichos" para os alunos do 3.º ciclo e "Os Maias" para os alunos do secundário. Esta iniciativa pretende estimular a prática da leitura, com todos os benefícios que a mesma acarreta.

11. Campo de Férias Natal 2023. Com o objetivo principal de ocupar o tempo livre das crianças, durante os períodos de interrupções letivas, decorreu, entre os dias 18 e 29 de dezembro, o Campo de Férias de Natal 2023, para crianças e jovens dos 6 aos 16 anos de todo o Concelho. Este ano com a novidade do alargamento da faixa etária para jovens dos 13 aos 16 anos. Foram efetuadas 64 inscrições.

12. Equipa do CAARPD de Murça campeã de Boccia DI. A quinta edição dos Jogos de Inverno ANDDI decorreram nos dias 26 e 27 de janeiro em Oliveira do Hospital. A equipa do CAARPD (Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência) de Murça sagrou-se campeã na modalidade de Boccia DI, ao vencer os 5 jogos, ficou ainda apurada para a final nacional que vai decorrer em Pombal.

13. Encontro de Cantares das Janeiras. Decorreu em Carrazeda de Ansiães no dia 28 de janeiro o II Encontro de Cantares das Janeiras. O Município de Murça esteve representado pelos alunos da Escola de Música da Banda

Marcial de Murça. Nesta iniciativa participaram Grupos de Cantares dos 19 Municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDouro).

14. Tua Walking Festival 2024. A apresentação deste evento decorreu no dia 2 de fevereiro, na FNAC do NorteShopping. Promovido pelo Parque Natural e Regional do Vale do Tua e com o apoio das autarquias, o Tua Walking Festival é um festival de percursos pedestres que vai acontecer em diferentes momentos, ao longo do ano, nos concelhos que integram o Vale do Tua (Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor). O percurso escolhido para Murça no ano de 2024 é o da aldeia de Porrais e vai decorrer nos dias 5 e 6 de outubro.

15. Missão País. A "Missão País" é um projeto católico de universitários que tem por objetivo levar Jesus às universidades e evangelizar Portugal através do testemunho da Fé, do serviço e da caridade. As missões de cada faculdade são lideradas por uma equipa de chefes, responsáveis pelo projeto na sua faculdade e por um grupo de 60 missionários.

De 4 a 11 de fevereiro, a Missão País esteve presente no Concelho de Murça, onde desenvolveram várias atividades ao longo dos dias. Divididos em pequenos grupos prestaram serviço à comunidade levando a animação aos lares, residências sénior, às creches, às escolas e de porta em porta levando a sua alegria e boa disposição.

Estiveram presentes em momentos de oração, através da missa diária, e prepararam uma vigília onde procuraram transmitir à comunidade local o que "vivem interiormente" nesta Missão.

Em Murça, viveram ainda, momentos de partilha e de muita animação. As suas atividades culminaram com a apresentação de uma peça de teatro, no sábado à noite, 10 de fevereiro, no auditório da Adegas Cooperativas de Murça, e no domingo participaram de forma ativa na Eucaristia Dominical, seguido de um almoço convívio entre os jovens e a comunidade local.

16. Compostores domésticos. No âmbito de um projeto amigo do ambiente e inovador, estão abertas as candidaturas para a aquisição de compostores domésticos a munícipes com idade igual ou superior a 18 anos e residentes no Concelho de Murça. Os candidatos que possuam espaços agrícolas e/ou jardins podem produzir, em condições salubres, um composto orgânico aproveitando os seus restos alimentares. Esta iniciativa pretende reduzir o lixo indiferenciado e aproveitar os bioressíduos para fertilizantes. Os interessados devem fazer a sua candidatura no site da Autarquia.

17. Vespa Velutina. Em articulação com o Gabinete de Proteção Civil, o

Município de Murça destruiu, no ano de 2023, cerca de 110 ninhos de vespa velutina, mais conhecida por vespa asiática. A destruição destes ninhos tem como objetivo evitar a proliferação desta espécie, visto que representa um risco para a apicultura, produção agrícola, ambiente e bem-estar dos cidadãos.

18. No âmbito do projeto supramunicipal que pretende estudar e recriar um **caminho medieval**, historio, tendo por base da investigação a viagem / peregrinação do Barão Leon de Rosmihal (região da europa central), que entre 1465 e 1467 viajou de Praga, passando pela Alemanha, Holanda, Bélgica, Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Itália, Áustria e Republica Chega, realizou-se uma reunião de trabalho no município de Vila Pouca de Aguiar com as diferentes autarquias envolvidas e o Turismo Porto e Norte.

Fazem parte do projeto, que se encontra numa fase embrionária, municípios de diferentes comunidades intermunicipais, desde Freixo Espada à Cinta (o percurso advém de Salamanca para Portugal via Douro) passando pela região de Trás os Montes, Douro e Minho, até Braga e posteriormente ligação a Santiago de Compostela.

Na vila de Murça, a ponte e via romana é um dos eixos a potenciar com a recriação do caminho histórico medieval.

19. Projeto Junto à Terra. O projeto Junto à terra 2023/2024, que consiste em ações de formação e sensibilização entre o Parque Natural Regional Vale do Tua e o Agrupamento de Escolas de Murça ao longo do ano letivo, já está a decorrer em bom ritmo, tendo sido realizados os workshops temáticos com apoio do instituto Politécnico de Bragança em dezembro. Este ano letivo o projeto será integrado entre todas as valências curriculares do alunos do 8.º ano, sendo considerado o projeto DAC - Domínio de Articulação Curricular.

A oficina de campo de Murça será dia 20 de março de 2024, na área de recreio e lazer da Junta de Freguesia de Murça - Zona dos rebelos, que está a colaborar ativamente, tal como no ano passado, com este projeto.

20. Resíduos Sólidos Urbanos. Na sequência do término do contrato de Prestação de serviços para a gestão dos Resíduos Sólidos urbanos e de limpeza urbana, informa-se que foram desenvolvidos duas diferentes estratégias para esses mesmos serviços para o ano de 2024, concretamente: Integrar com os Municípios de Alijó, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa e Santa Marta de Penaguião, uma entidade adjudicante, com vista ao

lançamento de um único procedimento por concurso público denominado “Prestação de Serviços de Gestão dos Resíduos Urbanos dos concelhos do Vale do Douro-Norte”. Este Agrupamento de Municípios é liderado pela Câmara Municipal de Peso da Régua.

Relativamente à limpeza, higienização e desinfestação da vila de Murça, vulgarmente designado por varredura urbana, foi desenvolvido um procedimento contratual autónomo, ou seja esta rubrica foi desagregada dos RSU e foi desenvolvido por cada município.

A recolha e transporte de RSU foi adjudicada à empresa Ecoambiente no ano de 2024. Posteriormente, será lançado um concurso internacional para vigorar nos anos subsequentes, onde deverá já ser integrada a questão dos biorresíduos.

Em relação à limpeza e higienização da vila de Murça, após procedimento concursal por parte da Câmara Municipal de Murça, a mesma foi adjudicada à empresa Dourolimpe.”

- O deputado do PS, André Lage, regista com agrado a medida Kit Bebê, o Município acordou para os problemas que temos com a natalidade que são comuns à maioria dos territórios do interior, embora ao fim deste sete anos, só pecar por tardia. É um sinal importante que dá às famílias, evidentemente que não é por existirem incentivos ou apoios que as pessoas vão passar de um dia para o outro a terem mais filhos, mas de facto é um sinal de preocupação e de que o Município está atento e interessado, nas crianças que nascem no nosso Concelho.

- O deputado do PS, Tiago Meireles, salientou o ponto 14 da informação escrita, parabenizando o Executivo Municipal pela opção de levar a iniciativa do **Tua Walking Festival 2024** até à aldeia de Porrais. É uma maneira de dinamizar as aldeias e uma vez que temos lá dois percursos pedestres, na zona do Tua, é uma excelente maneira de levar um pouco de atividade às aldeias ribeirinhas.

- A deputada do PSD, Sónia Pinto, cumprimentou todos os presentes e parabenizou o Executivo Municipal por, uma vez mais, dar valor a estas questões da área social, não apenas pelo KIT Bebê, mas por todo o apoio de suporte que dá aos nossos idosos e por todas as ações que têm sido desenvolvidas nestes últimos anos. É preciso termos em conta que durante muitos anos Murça parecia estar parada no tempo em relação à área social e nestes últimos anos, temos sentido aqui um cunho de apoios a situações de atenção para a nossa comunidade, sejam da infância até aos mais

idosos. Deixou uma palavra elogiosa ao executivo e a todos aqueles que todos os dias trabalham, para levar a cabo estas medidas.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que o Tua Walking Festival 2024, também faz parte do Plano de Atividades, para 2024. Agradeceu as palavras elogiosas e referiu que há outros pontos que poderiam ser aqui referidos, mas como disse a deputada Sónia há um desígnio daquilo que é a nossa obrigação que é as pessoas em primeiro lugar e tudo o que se possa fazer é pouco, conscientes que o problema demográfico é o grave problema, dos territórios do interior.

2 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 30 de novembro de 2022;
(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

3 - Proposta 7/GAP/2024 - Autorização para início de procedimento de contratação de empréstimo-Execução de empreitada para requalificação de diversas estradas e arruamentos do Concelho de Murça;
(nos termos, e para os efeitos, previstos no n.º 2, do artigo 51º, da Lei n.º 73/2013, de 03/09 e ulteriores);

- O deputado do PS, Rui Ramos, usou da palavra para referir que a sua Bancada Parlamentar irá votar favoravelmente este ponto, porque entendem que qualquer investimento feito no Concelho e, que é necessário, faz sentido. No entanto, de um valor total de 1,868 milhões de euros, 1 milhão e duzentos mil euros irão ser gastos na estrada entre o Bairro Herói Milhões e Jou. São oitocentos mil euros, para a ER 314, que vai do Milhões até à saída para Valongo de Milhais e 400 mil euros a serem investidos diretamente na Freguesia de Jou, sendo que para as Freguesias de Candedo, Valongo de Milhais, Fiolhoso e União de Freguesias de Carva e Vilares o valor é zero e para Palheiros são apenas 5 mil euros. Obviamente, que não tem nada contra a Freguesia de Jou e se há uma fatia grande que vai para lá é porque é necessária, mas a questão que coloca é o princípio da proporcionalidade, ou seja, gastamos 400 mil euros apenas numa freguesia e mais 800 mil numa estrada que dá acesso direto, à mesma e estranha que os Senhores Presidentes de Junta, não fiquem chateados com esta decisão.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, Luís Filipe, cumprimentou todos os presentes e disse que, no ponto 1 da introdução relativamente a este ponto é referida a intervenção em diversas

vias municipais, inclusive na Freguesia de Candedo, mas como não vê referência a nenhuma estrada de Candedo, questionou se estão todas contempladas ou se é apenas um lapso. Lembra que desde 2015 têm conversado sobre a necessidade em se fazer uma intervenção, naquela estrada e não vê qualquer referência a locais da sua freguesia, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara um esclarecimento, sobre isso.

- O Secretário da Junta de Freguesia de Jou, Luís Damas, cumprimentou todos os presentes e na sequência da intervenção do deputado do PS, Rui Ramos convidou-o a ir com ele a Mascanho e a Penabeice e ver a realidade do perigo que aquelas pessoas passam diariamente, para irem para as suas casas.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, disse que, é com agrado que vê transcrito nesta proposta a reparação da estrada Rua Central e Rua da Cumieira (Sobredo-Noura).

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, referiu que, o deputado Rui Ramos o que disse foi de forma provocatória, porque não acredita que o Senhor deputado não saiba que a estrada que vem de Vila Pouca de Aguiar até à Ponte Nova é uma estrada nacional, pelo que, não é da nossa responsabilidade. Enquanto, que a estrada 314 que vai de Canavezes - Vale D'Egua - Jou até à localidade de Sobreira é municipal e nunca foram apoiados com um cêntimo que fosse, para requalificar aquela estrada. Se tivesse sido requalificada há vinte anos atrás, com certeza gastar-se-ia menos. Esse investimento nunca foi feito, chegou a altura e a possibilidade de o fazer, porque não há outra fonte de financiamento que não seja o recurso a financiamento bancário e só pudemos recorrer a financiamento bancário, quando a nossa capacidade de endividamento nos permite. Em 2022 ainda tivemos 1 milhão de euros para liquidar, relativamente à dívida que herdamos. Infelizmente, devido aos incêndios ocorridos em 2022 deu-nos aqui uma espécie de impulso e através do apoio que recebemos do Fundo de Emergência Municipal, no valor de 923 mil euros e com o empréstimo que a Câmara contraiu, já recebemos propostas e estamos praticamente na fase final de adjudicação, para aquela primeira intervenção que contempla a estrada de Mascanho, a de Penabeice e a Estrada 314, desde Canavezes até ao cruzamento de Valongo de Milhais e ainda parte da estrada de Valongo e parte da estrada de Serapicos. Na segunda fase, está contemplada a estrada de Castelo que não foi afetada pelos incêndios de forma direta. Disse que, estão a fazer aquilo que lhes parece mais urgente, porque se esta intervenção não for feita, poderão passar a gastar o mesmo e não ter as estradas reparadas. Lembrou ao deputado Rui Ramos que a Zona da terra Fria já foi objeto de intervenção e ninguém ficou invejoso com a intervenção que fizeram na estrada da Carva ou por outras

intervenções que se fizeram e não podemos alimentar esta visão egoística do Concelho. Quanto à intervenção do Presidente da Junta de Candedo, respondeu que inicialmente tinha sido pensado incluir aquelas vias, mas depois de calculados os valores, verificou-se que não seria possível e foram mantidas no documento rubricas de Sobreira e Porrais, erradamente e que estas vias ficariam para uma terceira fase.

- O deputado do PS, Rui Ramos, esclareceu que ninguém está a ser invejoso e não opinou acerca desta matéria e ainda que subscreve as palavras do Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros quando referiu que as pessoas às vezes ouvem aquilo que lhes dá jeito. Lembrou, que na sua intervenção começou por dizer que o investimento que é necessário tem de ser feito, no entanto aquilo que questiona é a proporcionalidade do investimento. Disse ainda, ao representante da Freguesia de Jou, Luís Damas que é com todo o gosto que aceita o convite, mas ele conhece muito bem aquela freguesia e sabe que não é o único sítio do Concelho a necessitar de obras e é apenas isso que coloca em questão, estranhando que os Senhores Presidentes de Junta não se chateiem.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, respondeu ao Senhor Presidente que mais vale tarde do que nunca. Dado que há a intenção de, numa próxima intervenção, poder ser alcatroada a estrada que vai de Serapicos a Zebras, deixou o desafio de alcatroarem também aquele pequeno troço, até ao Salgueiro.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Alberto, disse que, no documento está escrito Sobreda em vez de Sobredo e espera bem que ninguém pense que é Sobreira. É pouco, são apenas quatro quilómetros de tapete, mas fica contente que a obra se faça. Disse ainda, que o deputado Alfredo esqueceu-se de falar na obra de Salgueiro e é estranho porque ele passa lá todos os dias e tem obrigação de saber como está.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, respondeu que foi um lapso.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, cumprimentou todos os presentes e lembrou que a Freguesia de Jou durante longos anos não teve nenhuma intervenção. A única intervenção que houve, infelizmente, foi feita na estrada de Castelo e ele alertou, na altura, o Presidente da Câmara Municipal pela fraca intervenção que estava a acontecer, naquela estrada. Disse que, estava com o Sr. Magalhães e com o Senhor Saul e repararam que estavam apenas a pulverizar a estrada. Conforme estava calor, o primeiro camião que passou com toros, levantou aquilo tudo. A Câmara Municipal

vai intervencionar umas ruas no Novainho e no Banho, de grande importância, porque aqueles locais são bastante perigosos. Mesmo no centro de Jou, na Rua Principal também precisava de uma grande intervenção e não vai ser feita, mas vão intervir nos lugares mais perigosos que temos na freguesia e isso é importante. Quem passa para Mascanho e Penabeice sabe bem o quanto é assustador e a serem feitas intervenções que aconteçam onde a vida das pessoas, está em jogo.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que, ainda estão na parte burocrática e depois vêm as chatices porque as estradas não vão ficar bem como nós queremos, porque haverá sempre algo que não foi contemplado. Agora, já chegamos ao ponto de querer ligar Serapicos ao Salgueiro e ainda não está ligada à estrada de Zebras e é preciso ter calma.

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>21</i>
<i>Abstenção</i>	<i>00</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>21</i>

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta 7/GAP/2024, nos seguintes termos:-----

e1) Autorizar previamente o recurso ao empréstimo bancário, por ultrapassar 10% das despesas de investimento previstas no orçamento em exercício, sendo que, 10% das despesas de investimento previstas no orçamento em exercício representam 684.731,78€ (6.8247.317,80*10%); -----

e2) Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do presente processo de contratação de empréstimo bancário, os quais consistem no pagamento de juros e amortizações pelo período de 20 anos; -----

f) Para efeitos da instrução do procedimento de contratação de empréstimo, legitimar o Presidente da Câmara Municipal a proceder à consulta, a pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito.-----

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Ausentou-se da sessão o deputado do PS, João Paulo Catarino

4 - Proposta 10/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Fiolhoso. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos;
(alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

- O deputado do PS, André Lage, sugeriu que se votassem estes três pontos em conjunto, adiantando que o sentido de voto do Partido Socialista será a favor.

Votação:	
<i>Votantes</i>	20
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	20

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta 10/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Fiolhoso. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

5 - Proposta 11/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Murça. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos;
(alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

Votação:	
<i>Votantes</i>	20
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	20

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta 11/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Murça. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

6 - Proposta 12/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Valongo de Milhais. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos;
(alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>20</i>
<i>Abstenção</i>	<i>00</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>20</i>

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta 12/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Valongo de Milhais. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Regressou à sessão o deputado do PS, João Paulo Catarino

7 - Proposta 13/GAP/2024 - Abertura do Procedimento de Recrutamento para Cargo de Direção Intermédia de 1º Grau.
(art.º 13, da Lei nº 49/2012 de agosto e ulteriores alterações)

- O deputado do PS, Rui Ramos, tomou a palavra para ler uma intervenção e adiantou o voto contra da Bancada Parlamentar do PS que pretendem conste como declaração de voto na ata.

Votação:

<i>Votantes</i>	21
<i>Abstenção</i>	02
<i>Contra</i>	04
<i>A Favor</i>	15

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar a designação do Júri do procedimento de recrutamento, referente à proposta 13/GAP/2024 - Abertura do procedimento de recrutamento para Cargo de Direção Intermédia de 1º Grau.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto: *“A alteração da orgânica do município de Murça, com a criação de um departamento municipal de coordenação geral e mais uma divisão, foi votada na Assembleia Municipal de Murça na sessão do dia 27 de fevereiro de 2023, tendo merecido a profunda discordância do Partido Socialista que votou contra essa proposta.*

Com efeito, um município da dimensão do nosso e com várias carências e necessidades de investimento em muitos domínios, não precisa, no entender da Bancada do Partido Socialista de aumentar o número de chefias e, em consequência os gastos com pessoal - que continuam a crescer - e que só nestes dois novos cargos, comprometerão aproximadamente 90.000€ por ano do erário municipal.

Em coerência com esta divergência e com o sentido de voto contrario à alteração da orgânica do município, votamos contra a proposta apresentada na sessão de hoje, 29-02-2024, de abertura de procedimento de recrutamento de cargo de direção intermédia de 1º grau – diretor de departamento de coordenação geral.

Murça, 29 de fevereiro de 2024

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça”.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, usou da palavra para referir que é altura da nossa Câmara Municipal se organizar e dar segurança a todos aqueles que para cá vêm. Hoje, ser autarca e com responsabilidades na Câmara Municipal no aspeto executivo, tem que ter uma salvaguarda bastante forte, para que possam trabalhar à vontade. O tempo anárquico já acabou ou pensa estar prestes a acabar. Devemos ter a consciência de que com mais lisura e meios técnicos, mais segurança dá às pessoas que aqui trabalham, quer ao executivo, quer às chefias que também estão mais libertas e seguras, naquilo que fazem.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, referiu que, é importante que tenham consciência daquilo que está a ser votado, neste momento. Está a ser votado pela Assembleia Municipal apenas o júri designado e não a decisão de termos um Diretor de Departamento e acha que é pouco honesto da parte do Senhor deputado Rui Ramos fazer as contas apenas quando lhe dá jeito. É verdade que com a entrada de um Diretor de Departamento, temos em comissão de serviço essa despesa adicional e temos uma divisão que não tínhamos, mas não pode esquecer-se das divisões que passamos a não ter. Se quiser ser rigoroso fica-lhe bem e com certeza deixa-o descansado, se quiser dar uma ideia errada, daquilo que aqui está em causa, em termos de decisão e que não está a ser objeto de decisão para a Assembleia Municipal, fica na honestidade intelectual de cada um. Deve primar sobre as pessoas que constituem o júri, sobre o resto teve a oportunidade de o fazer na altura própria. Hoje, deu para perceber que realmente a distorção daquilo que é objeto de decisão aquando da nova estrutura orgânica. Das duas uma, ou está distraído ou mal-intencionado. Acredita que esteja distraído e que não tenha feito as contas como deve ser e se quiser corrigir a sua intervenção, só lhe ficará bem. Há uma descida de despesa com menos duas divisões, isso para seu conhecimento pessoal e consciente. O que aqui está em causa é apenas as pessoas e a idoneidade das mesmas, para poderem constituir o júri que aqui está e é só o aspeto pelo qual a Assembleia se deve pronunciar.

- O deputado do PS, André Lage, disse ao Senhor Presidente que ele é que deveria corrigir a sua intervenção e não o seu colega Rui Ramos, porque chamar-lhe desonesto fica-lhe muito mal.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu ao deputado André Lage que há também um problema de ouvidos, referindo que ele não disse que ele era desonesto, aquilo que disse foi “das duas uma ou está enganado ou mal-intencionado”, que é diferente. Disse que, procurou apenas ajudá-lo a ter consciência correta do que aqui está verdadeiramente em causa e não dizer o que não é verdade. Não temos apenas uma despesa adicional, naquele montante temos é que ter em conta aquilo que não gastamos, quando deixamos de ter mais duas divisões.

- O deputado do PS, Rui Ramos, aludiu que, o Senhor Presidente da Câmara também deveria estar mais atento, porque aquilo que disse foi pela Bancada Parlamentar do Partido Socialista e o Senhor Presidente referiu-se a ele e é diferente. Neste momento, enquanto representante assume essa responsabilidade. Relativamente à declaração de voto disse que, é apenas por uma questão de coerência, se anteriormente já votaram contra não vão agora votar a favor. Não faz sentido! Já

percebeu que tem a ver com a criação do júri, mas se o que está para trás já está errado, não importa quem faz ou não parte do júri.

8 - Declarações nos termos do art.º 15 da Lei nº 8/2012 de 15 de fevereiro;
(Alínea a) e b) do nº1 do art.º 15 da Lei 8/2012, de 21 fevereiro)

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

9 - Aprovação da Demonstração do Desempenho Orçamental de 2023, e, 2ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2024 (1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita; 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa; 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos; 1ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais).
(art.º 33 da lei 75/2013, de 12 setembro)

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>21</i>
<i>Abstenção</i>	<i>00</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>21</i>

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Demonstração do Desempenho Orçamental de 2023, e, 2ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2024 (1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita; 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa; 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos; 1ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais).

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Período de Intervenção do Público

Não houve intervenções

//

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

3 - Proposta 7/GAP/2024 - Autorização para início de procedimento de contratação de empréstimo-Execução de empreitada para requalificação de diversas estradas e arruamentos do Concelho de Murça;

(nos termos, e para os efeitos, previstos no n.º 2, do artigo 51º, da Lei n.º 73/2013, de 03/09 e ulteriores);

4 - Proposta 10/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Fiolhoso. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos;

(alínea j), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

5 - Proposta 11/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Murça. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos;

(alínea j), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

6 - Proposta 12/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Valongo de Milhais. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos;

(alínea j), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

7 - Proposta 13/GAP/2024 - Abertura do Procedimento de Recrutamento para Cargo de Direção Intermédia de 1º Grau.

(art.º 13, da Lei n.º 49/2012 de agosto e ulteriores alterações)

9 - Aprovação da Demonstração do Desempenho Orçamental de 2023, e, 2ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2024 (1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita; 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa; 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos; 1ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais).

(art.º 33 da lei 75/2013, de 12 setembro)

Votação:

<i>Votantes</i>	21
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	21

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a ata em minuta.

//

- O deputado do PS, Rui Ramos, usou da palavra para se referir às próximas eleições legislativas, que vão ocorrer no próximo dia 10 de março e desejou a todos os partidos concorrentes que se continuem a imbuir no espírito democrático e desejou um bom trabalho a todos os partidos e a todos os intervenientes envolvidos. Que decorra dentro do que é esperado e que de preferência ganhe o Partido Socialista.

-----//-----

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do n.º2 do art.º 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu por terminados os trabalhos desta sessão ordinária e agradeceu a presença e colaboração de todos.

Os trabalhos encerraram às 17:00 da qual se lavrou a presente Ata, que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pela 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal



(António Augusto Ribeiro)

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal


(Cláudia Alexandra da Cruz O. G. e Vilaverde)

Am. 000010
28 de fevereiro 2024

PRESENCAS NA REUNIÃO (1) ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 / 02 / 20 24

Designação das funções (2)	Nomes dos membros da Assembleia	Hora de entrada
Presidente	António Augusto Ribeiro	
1.º Secretário	Cláudio Alexandre P.O.G. e Silveira	
2.º Secretário	Coque Lopes de Saiz Fernandes	
Relatório PS	Eduardo Jorge Gilhete F. Rubello	
" PS(1)	Carlo Paulo de Silva	
" PS	Judré Filipe Afonso de Saiz	
" PS(1)	Fernando Mendes Fernandes Gomes	
" PS	Paulo Alexandre Ribeiro Estreito	
" PS(1)	Pedro Miguel Rocha Carrilho	
" PS	Rui Marcelo Teixeira Ramos	
" PS(1)	Sonik Afonso de Castelo Pinto	
" PS	Tiago Manuel Castro B. Steitler	
" PS(1)	Luc Paulo dos Nascimento	
" PS	Emilio Afonso Fernandes Saiz	
Pres. de Conselho	Luís Filipe Ribeiro Alves	
" de Conselho	Fernando António Paes de Saiz	
Rel. de Conselho	João Teixeira F. Fernandes	
Rel. de Conselho	Hélvio Cristiano Aires Teixeira	
" de Conselho	Helder António Ramos Borges	
" de Conselho	Carlo Alberto Gomes	
Rel. de Conselho	Fernando Fernandes do Santos	
Rel. PS(1)	Francisco António Rodrigues	
Rel. PS(1)	Fernando Afonso de Silva F. Lopes	
" PS	Rui Rogério Santos Sá	
" PS	Fernando Oliveira Cabral	
" PS(1)	António José Vitor Oliveira	
Rel. de Conselho	Luís Filipe Ramos Gomes	
" de Conselho	Alexandre Nunes Silva	
Verificador PS	Luc Paulo Rodrigues Carr	
Verificador PS	Fernando Gomes Pinto	

(1) - Ordinária ou extraordinária. (2) - Indicar, conforme os casos, Presidente, Secretários ou Vogais, inscrevendo-os por esta ordem, em letra legível, antes de cada sessão ou reunião, cabendo aos próprios apenas a assinatura. (3) - Ou nota de falta. (4) - Anotar a justificação e data dela e da sessão que a completou.

Asinaturas dos que compareceram (3)	Horas de saída antes do final	Justificação da falta de comparecimento (4)
A. Ribeiro Cláudio Alexandre P.O.G. e Silveira Coque Lopes		
António Augusto Ribeiro Judré Filipe Afonso de Saiz Fernando Mendes Fernandes Gomes		(justificado)
Paulo Carlos Pedro Miguel Rocha Carrilho Sonik Afonso de Castelo Pinto Tiago Manuel Castro B. Steitler Luc Paulo dos Nascimento Emilio Afonso Fernandes Saiz		(justificado)
Luís Filipe Ribeiro Alves Fernando António Paes de Saiz João Teixeira F. Fernandes Hélvio Cristiano Aires Teixeira Helder António Ramos Borges Carlo Alberto Gomes		(justificado)
Fernando Fernandes do Santos Francisco António Rodrigues Fernando Afonso de Silva F. Lopes Rui Rogério Santos Sá Fernando Oliveira Cabral António José Vitor Oliveira Luís Filipe Ramos Gomes Alexandre Nunes Silva		(justificado)
Luc Paulo Rodrigues Carr Fernando Gomes Pinto		(justificado)